

E desce por seus braços, e rodeia
seu brevíssimo e branco tornozelo,
onde se aquece e cresce e se incendia.

A precisão expressiva se torna aqui imediata; mas não é a precisão de uma linguagem essencialmente artística. É antes a precisão de um sonho. Sente-se que a composição é obra de verdadeiro poeta, porque o jardim das formas poéticas possui uma enorme variedade de flôres, segundo a expressão de Curtius. Não há dúvida de que o seu autor é um poeta; um "sensibilíssimo instrumento", capaz de registrar qualquer "realidade" presente ou ainda por surgir aos olhos do leitor; tanto pôde dar uma imagem de mundo ordenado em seus valores quanto na beleza de sua desordem geral.

Enfim, êle nunca procurou utilizar a arte como um serviço. Talvez isso haja contribuído para torná-lo tão alheio ao universo circundante. Não pôde assim colocar o seu talento além dos limites de uma simples tentativa de renovação da palavra pela palavra.

Talvez não fôsse outro seu desejo, senão seguir o caminho que escolheu. Mas é possível que se houvesse lido um livro que costumava subestimar — *Literatura e revolução* — de Trotsky, sua atitude houvesse sido outra, pois o velho mártir da Revolução de Outubro não costumava despertar as suspeitas que geralmente levantavam os ideólogos do "realismo socialista", convertido por Stalin em doutrina oficial dos escritores soviéticos a partir de 1934. Sempre me pareceu muito interessante aquêle trecho de seu livro, citado por Eliot em uma de suas conferências pronunciadas em Harvard, em 1933:

"A criação artística é sempre um complicado retôrno às velhas formas sob a influência de novos estímulos que se originam fora da arte. No sentido amplo do têrmo a arte é um serviço. Não constitui um elemento isolado que se alimente de si mesmo, senão uma função do homem social ligada a sua vida e a seu mundo".

O PRIMEIRO TRADUTOR BRASILEIRO DA "IMITAÇÃO DE CRISTO"

LUIZ DELGADO

A primeira tradução brasileira dêsse livro universalmente famoso que é a *Imitação de Cristo*, é obra olindense. O tradutor manteve-se no anonimato, seguindo o exemplo do autor e obedecendo razões pessoais que indicaremos. Sabe-se, porém, quem é êle e eu mesmo tive a honra meio enevoada, quando era menino, de conhecê-lo pessoalmente.

O volume em que se apresentou a edição primitiva e que tem o formato comum dos livros de orações; traz a data oficial de 1897. Lado a lado, por cima dela, vêm duas indicações: "Recife — Mattos Caminha & Cia. — Editores" e "Paris — Jablonshi, Vogt & Cia. — 15 Rue d'Hauteville". Na página fronteira à de rosto, com a declaração da reserva de direitos e de serem considerados falsos os exemplares não rubricados, acha-se a rubrica de Mattos Caminha & Cia. Também se informa que o livro está à venda "em tôdas as livrarias de Pernambuco e nas principais do Brasil e de Portugal".

Data-se de "Olinda, 8 de setembro de 1891" o prefácio do tradutor. Também de 1891 e também de Olinda, mas de 21 de novembro, vem datada a primeira aprovação canônica do trabalho — assinada: "Cônego Fabrício, Gor. do Bispado — trata-se do ilustre sacerdote futuro monsenhor Antônio Fabrício de Araújo Pereira, ocupante interino da sede episcopal. Depois, nas datas sucessivas de maio de 1895 e maio e junho de 1896, aprovam o livro os Bispos D. Manoel, de Olinda (D. Manoel dos Santos Pereira), D. Jerônimo, da Bahia (D. Jerônimo Toné da Silva), D. Adauto, da Paraíba (D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques), D. Joaquim, do Ceará (D. Joaquim José Vieira) e D. João, do Rio de Janeiro (Arcebispo D. João Fernando Tiago Esberard).

Confrontando-se datas e textos, conclui-se que o tradutor acabou seu trabalho em 1891 e, obtida a primeira aprovação indispensável, encaminhou-a à tipografia, certamente na França. É em provas tipográficas que o submete à apreciação dos Bispos da região e de D. João Esberard que salienta haver tomado conhecimento da iniciativa quando era Bispo de Olinda — isto é: entre maio de 1891 e setembro de 1893.

É em 1896 também que o autor redige a dedicatória “Ao Pontífice Máximo, Leão XIII”, solicitando “a bênção apostólica para si, para sua família ascendente e descendente e para sua pátria querida — o Brasil”. Um ano depois, estará à venda o volume.

Na verdade, em tórno do pensamento de traduzir o livro cuja autoria ainda hoje se discute, o tradutor olindense desenvolveu um designio muito mais amplo: acompanhou o texto de notas, acrescentou-lhe “reflexões” a cada capítulo, desdobrou-o num “formulário de orações”. Cercou-se de uma aparelhagem técnica da qual se tem de dizer, pelo menos, que é altamente conscienciosa. Coroou o texto com quatro *táboas* analíticas em que os assuntos se relacionam segundo diversos critérios, inclusive um em que a leitura dos capítulos é ajustada às fases do tempo litúrgico.

Para se ter uma idéia dos escrúpulos do tradutor, são eloquentes as notas mediante as quais êle referiu ao Velho e ao Novo Testamentos inúmeras expressões que ia utilizando. Em qualquer página que se abra, vai êsse cuidado a um ponto que se diria expressivo, ao fundar nos livros sagrados locuções inteiramente comuns. Assim, ao acaso, na página 129: “confunde-te, pois, servo negligente, por haver alguns mais solícitos em procurar a perdição do que tu, a vida”; *servo negligente* vem referido a Mateus, XXV, 26, e a parte final, a Lucas, XVI, 8. Na mesma página (onde as indicações assim feitas chegam a dez), “frustrados em suas esperanças” é apresentado como de Jó, XL, 28, e “no dia da minha visita” como de Isaías, X, 3...

Serve isso para mostrar, na amplitude das leituras feitas nos dois Testamentos, o zelo do tradutor em firmar nas palavras inspiradas o seu pensamento ou mesmo, simplesmente, a sua expressão.

Paciência, método, estudo conjugam-se para realçar o mérito dêsse homem piedoso e humilde junto de quem estive muitas vêzes — êle, na grande doçura do seu gênio, eu, na minha ignorância pueril. Não podia eu calcular quem êle era, o seu valor. Talvez por isso me sinta agora no dever de lhe prestar esta homenagem que não lhe agradaria.

Com efeito, ao salientar que deixava inteiramente de lado a questão de indagar quem seria o autor do livro, dizia êle reputar “um milagre da recompensa divina à sua humildade conservar-se êle, ainda hoje, tão oculto como nos primeiros dias em que se cogitou, em vão, de descobri-lo. Assim se fazia preciso; o insigne homem de Deus está tão identificado com o cristianismo que melhor é pertencer êle a todo orbe católico do que a uma nação em particular”.

Dentro dessa perspectiva, o fato de vir alguém quebrar, quarenta anos depois de sua morte, o anonimato de quem tais palavras escreveu, seria para êle um sinal de que os seus pecados não lhe haviam merecido a graça da obscuridade, do silêncio...

Com referência ao caso particular de sua tradução, o que êle escreve, é o seguinte, no fim do prefácio:

“Apezar da vantagem que nos advém de sermos o último a traduzir um livro já traduzido pela milésima vez, todavia, pesando conscientemente a nossa própria insuficiência, não poderíamos contar com os favores dos leitores se não fôra a prudência a que nos socorremos, servindo-nos de auxiliares prestimosos que grande concurso nos prestaram. Assim, pois, é ocasião azada para agradecermos essa cooperação de bons e ferventes cristãos, amigos íntimos que nos secundaram de modo admirável, já discutindo conosco todos os pontos dúbios, já revendo, uma a uma, a copiosa quantidade de referências às sagradas Escrituras, já se onerando do ingente trabalho material do manuscrito.” E conclui: “partilhado entre tantos um tão modesto trabalho, seria uma sem-razão marcar o livro com adjunção do nosso obscuro nome, e, pondo por nossa vez em voga o preceito do anônimo autor — ama nesciri — julgamos de melhor partido seguir tão venerandas pegadas, ocultando de envolta com o dos nossos ilustres colaboradores, o nosso nome também”.

Eis aí a razão do anonimato — pelo menos a razão oficial.

Mas, o que é evidente aí é a finura, o requinte de delicadeza da explicação, não a sua força. Sob êsse último aspecto, trata-se mesmo de uma pequenina razão, sob a qual transparece um sentimento radicado e substancial, a vontade de apagamento próprio. Era o amor às almas e não a vaidade de ligar o nome a um empreendimento trabalhoso e meritório, o que levava o ilustre cearense domiciliado em Olinda a integrar em nossa bibliografia a pregação ascética de Tomás de Kempis.

O Bispo do Ceará falou muito claro a seu respeito, pois, ao receber as provas tipográficas da tradução exprimiu-se sem reboços: “por falta de tempo, não o examinaremos sinão perfunctòriamente sem mandarmos examiná-lo — o que, entretanto, não nos impede de enunciar juízo seguro”. E diz: “conhecendo particularmente a competência do tradutor no tocante à posse das luzes necessárias para o bom êxito de uma empresa de tal ordem, não só o animamos a tentá-la, mas, a priori, prometemos a nossa aprovação”. Agora — continua — outros “Irmãos no Episcopado” já louvaram o escrito e não mais lhe restaria sinão confirmar a promessa: “há, porém, uma circunstância que deve fazer mais recomendável o livro que aprovamos, e são as ótimas qualidades morais do seu autor, que naturalmente transparecerão neste seu trabalho, revelando a elevação do seu pensamento e a delicadeza dos seus sentimentos”. Fala ainda, o Bispo do Ceará, “na esclarecida piedade em que o autor é formado por longos anos de ininterrompida cultura”; trata-se, em suma, da “bem aproveitada experiência de um secular, chefe de numerosa família de quem é o firme sustentáculo, o qual tem procurado adquirir a verdadeira sabedoria cristã adequada ao seu estado, conciliando perfeitamente a vida ativa com a vida contemplativa”.

Não poderia ser mais encomiástico.

Dom João Esberard que passara de Bispo de Olinda a Arcebispo do Rio de Janeiro enquanto se imprimia o trabalho, designa o tradutor como “piedoso católico da cidade do Recife, cujos sentimentos de fé nos são bem conhecidos, membro zeloso, que é, na benemérita Sociedade de S. Vicente de Paulo”. Conta que estimulou a iniciativa quando soube dela, e prome-

teu aprová-la; agora, o interessado cobrava a aprovação prometida, “sem considerar que nos achamos trasladado a outra Diocese”; “contudo, é tal a estima que consagramos ao autor da nova tradução, que não hesitamos em lhe dar público testemunho do apreço em que temos o seu trabalho”.

No entanto, literariamente, D. João Esberard é menos expansivo que o Governador do Bispado de Olinda: o cônego Fabrício felicita “o ilustre e piedoso tradutor não só por lhe caber a incontestável glória de ter sido na pátria querida o primeiro que levou a cabo uma tradução brasileira, como também por se revestir o seu escrito daquelas qualidades de que, de ordinário, carecem as traduções de lingua estrangeira” e assera que, em face da universalidade do pensamento da *Imitação*, o que cumpre aos tradutores é “nacionalizá-lo pela linguagem, dando-lhe o caráter de vernaculidade; é justamente o que acaba de fazer o piedoso tradutor brasileiro”.

Inclusive por essa preocupação a que também alude o promotor do empreendimento, de incorporar “o Brasil na confraternização do grande livro”, remediando de certo modo “a falta de gosto e de piedade dos homens de letra dêste vasto país”, — fica bem à vista o fato de ter sido uma tarefa intelectual muito séria a que “por longos meses” levou a têrmo êsse homem a cujas qualidades pessoais faziam os Bispos tão elogiosas referências.

Chamava-se êle Francisco Antônio Gomes de Matos.

Precisamente por essa época em que andava êle trazendo para nossa língua os conselhos ascéticos do monge quatrocentista, pude rastrear alguma coisa de suas andanças em Olinda, através de velhos livros de atas da Conferência do Salvador.

“Conferências” chamam-se os núcleos quase sempre parquiais da Sociedade de São Vicente de Paulo. Em Pernambuco, instalou-se essa Sociedade em 1874, logo depois das lutas de Dom Vital, e o terceiro de seus núcleos foi justamente o de Olinda, fundado em 25 de março de 1876. O livro de atas mais velho que nele se conserva, é de 1882 e nele aparecem notícias referentes aos dois irmãos Gomes e Matos — Manoel Antônio e Francisco Antônio; o primeiro seria mais tarde, já neste século, presidente geral da Sociedade na Diocese, depois

da morte de Dr. Carlos Alberto de Menezes; o segundo é o tradutor da *Imitação*.

Organização modesta se bem que reunindo homens de relevo — o presidente no comêço do livro é o Dr. José Soriano de Sousa, o que é significativo —, a Conferência olindense tem umas atas que não são muito claras nem mesmo quanto aos nomes dos sócios; há resumos e confusões. Pode-se no entanto, identificar Francisco Antônio ora trazendo notícias do movimento da Sociedade no Ceará onde estivera (1885), ora sendo portador de esmolas do Bispo, através do Conselho Diocesano da Sociedade, para os pobres. É ele quem traz, certo dia, a informação de ter sido eleito presidente geral da Sociedade, em Paris, Antoine Paget — e sente-se nisso um reflexo das curiosidades do seu espírito.

No ano de 1887, está em dificuldades outra Conferência que funcionava em Olinda — a de Nossa Senhora do Amparo; a do Salvador oferece alguns dos seus membros para ajudá-la e lá vai, entre êles, Francisco Antônio Gomes de Matos que logo é eleito presidente.

Desde que existam mais de uma Conferência numa cidade, o regulamento manda que se institua um Conselho chamado Particular (para se distinguir dos Diocesanos). Alguns papeis remanescentes nos Arquivos, dão Francisco Antônio como presidente do Conselho Particular de Olinda, demitindo-se dêsse cargo em 1892, por ter vindo residir no Recife, ao que parece.

Precisamente é êsse o período em que está êle realizando a sua tradução.

E explica-se não só a citação que fazem os Bispos de sua condição de confrade vicentino como também a introdução feita por êle, das orações em uso na Sociedade, no devocionário que inseriu como apêndice de sua tradução.

No fim da vida, voltou êle a Olinda. Deve ter chegado em 1917 pois se apresenta à Conferência numa sessão de abril dêsse ano, dizendo a que vem. Assíduo e meticoloso, será tesoureiro entre janeiro de 1921 e julho de 1922; alega, então, motivos de saúde que não lhe permitem enfrentar os trabalhos. Será nomeado vice-presidente. Morrerá em 26 de abril de 1924.

Há nas atas dêsse tempo duas notícias que nos parecem revivê-lo nas qualidades mais expressivas do seu coração.

Logo em 1917, numa sessão de outubro, a Conferência por proposta dêle começa a designar um dos confrades para ouvir missa e comungar num dia da semana, implorando a Deus a paz do mundo. Dois anos depois, um confrade que é dono de um armazém de tecidos, o benemérito Joaquim Gonçalves, oferece à Conferência uns cortes de lona para refazer as camas dos pobres a quem ela socorre: o cuidadoso Gomes de Matos adverte que as lonas somente servirão se os pobres tiverem pregos — e a Conferência resolve dar também dinheiro para isso...

As duas notícias que sobreviveram nas atas, uma revelando preocupação pelos destinos gerais da humanidade, a outra indicando uma caridade que não se esquecia dos mínimos detalhes práticos, mostram-me o coração de Francisco Antônio Gomes de Matos com a mesma nitidez com que estou a ver ainda agora a sua figura física — os olhos claríssimos detrás dos óculos, a barbicha irregular, muito branca, o andar vagaroso e cansado. E tenho a impressão — esta, um pouco vaga — de que estava sempre com um paletó de alpaca e uma gravata fina, de laço, pretas, ambas as peças.

Meu Pai — José Maria de Souza Delgado — era presidente da Conferência do Salvador quando Gomes de Matos voltou para Olinda. Logo que cheguei à idade de me incorporar à Conferência na condição de “aspirante”, tive de assumir a obrigação do comparecimento semanal às sessões onde se recolhiam esmolas para serem levadas às casas dos pobres inscritos na Sociedade. Minha primeira função foi justamente essa, de “correr a sacola”, recolhendo as esportulas que cada um, em segredo, quisesse ou pudesse dar; depois, fui o leitor das orações com que se abriam e encerravam os trabalhos.

Pois, está ligada a isso uma lembrança pessoal, inapagável, do tradutor olindense de *Imitação*.

Meu Pai que tinha um sincero respeito a Gomes de Matos e lhe queria um grande bem, não se cansava de inculcá-lo à minha admiração. E eis que, um dia, quando saíamos da igreja, Francisco Antônio Gomes de Matos me chama à porta, com

imensa delicadeza — pedia licença para me fazer uma observação.

Eu devia ter os meus catorze anos. Imaginei que fôsse alguma estrepolia, algum mau comportamento... Mas, não: era uma correção que eu devia fazer no texto que lia... O original latino fôra traduzido considerando que a oração seria dita pelos sócios privadamente; por isso, falava em "tôdas as Conferências de Sociedades, especialmente *aquela* de que fazemos parte". Ora, uma vez que estava sendo rezada não em particular mas na própria Conferência, eu não deveria dizer *aquela* e, sim *esta*...

Como se vê, nem era minha, a culpa... Mas, gravou-se em mim, de modo inesquecível, a doçura, a delicadeza com que aquele ancião tão venerado por meu Pai, se inclinou sobre mim, pedindo desculpas, fazendo questão de não magoar nenhuma suscetibilidade que eu tivesse.

Depois, muito depois, é que vim a ter notícia mais exata de quem era êle. Renovo dentro de mim a comoção daquele encontro cuja memória, graças a Deus, não perdi. E fico a imaginar quanta bondade não deveria existir naquele coração.

RESENHAS

A ENGENHARIA MILITAR PORTUGUÊSA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL — General A. de Lyra Tavares.

"Engenheiro, segundo o *Dicionário Histórico* de Moreira, citado pelo autor, "é o nome que têm aqueles que se aplicam particularmente ao estudo da Arquitetura Militar, por causa dos engenhosos inventos que praticam muitas vezes, tanto para a fortificação como para o ataque e a defesa das Praças". Tal significação assinala um ponto de partida. Nêle, numerosas linhas de evolução se iniciam, ora para divergir simplesmente, ora para entrecruzar-se.

No rumo que se consideraria central, há o ajustamento dessa atividade às tarefas das tropas, nas lutas de posição ou de movimento, do mesmo modo que na organização dos exércitos — pois, a Engenharia foi, a princípio, com a Artilharia, uma coisa só; aliou-se, depois, à Infantaria e só no fim veio a ser trabalho e corpo autônomo. Para outro lado, através das Obras Públicas, a Engenharia Civil iria destacar-se do bloco primitivo. Para corresponder a exigências óbvias, Portugal sentiria a necessidade de ir dispensando o concurso de padres sujeitos a outra obediência que não a militar, e de estrangeiros, num plano de conhecimentos assim ligados à segurança do país. E haveria o problema especial do Brasil, suscitando novo roteiro para o esforço: o Brasil, com as suas costas a defender, com os seus sertões a penetrar, com os seus limites a definir e guarnecer.

Tudo isso Portugal veio fazendo desde o século XVI, quando fez do estudo da Matemática um "elemento imprescindível", utilizando-o "no sentido quase exclusivamente da sua aplicação à Fortificação e à Navegação" (pág. 15).

Historiador de sua Arma, que é Engenharia, o sr. General Aurélio de Lyra Tavares examinou recentemente, um livro intitulado *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*, êsses aspectos importantíssimos de nosso passado — e não somente o nosso passado militar: na verdade, tanto a alta política negociando fronteiras que teriam de ser marcadas em terreno difícil ou desconhecido, quando o próprio abastecimento cotidiano exigindo em terreno difícil ou desconhecido, quanto o próprio abastecimento cotidiano exigindo aquedutos e chafarizes, dependeram, quando eramos colônia, dos técnicos que a Metrópole enquadrava na disciplina militar e mandava para estas plagas.

O livro cuja edição é homenagem do Estado Maior do Exército Português e circulou quando o autor era Comandante do IV Exército sediado no Recife, — de 190 páginas, grande formato e excelente apresentação gráfica, — está dividido em duas partes: na primeira, trata dos assuntos apontados acima, inclusive esclarecendo as funções do Real Arquivo Militar criado em 1808 por D. João VI e oferecendo ao leitor uma série copiosa e valiosa de dados — cuja exposição, a nosso ver, ganharia se fôsse mais metódica; na segunda, relaciona os engenheiros militares que vieram para o Brasil a serviço de Portugal, de todos êles fornecendo indicações biográficas.

Como notícia genérica e global a respeito de uma face pouco estudada de nossa formação, o livro do sr. General Lyra Tavares tem um alto sentido e uma real utilidade. As pesquisas que se deixam entrever como base do estudo, foram largas e meticulosas. Só o fato do recenseamento dêsses 238 engenheiros — alguns realmente notáveis como técnicos e como "construtores" do Brasil, e dos quais se relacionam e localizam os trabalhos, dá lugar de relevo em nossa literatura histórica ao ilustre escritor militar. — LUIZ DELGADO.